



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

VINICIUS DE MELO ROLDÃO

**CIICC - CENTRO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA COMANDO E CONTROLE
EM CADA REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA – RISP, COMO
FERRAMENTA PARA INTEGRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO
OPERACIONAL**

GOIÂNIA-GO

2024



VINICIUS DE MELO ROLDÃO

**CIICC - CENTRO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA COMANDO E CONTROLE
EM CADA REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA – RISP, COMO
FERRAMENTA PARA INTEGRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO
OPERACIONAL**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina Metodologia Científica do Curso Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Geyson Alves Borba.

GOIÂNIA-GO

2024

**CIICC - CENTRO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA COMANDO E CONTROLE
EM CADA REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA – RISP, COMO
FERRAMENTA PARA INTEGRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO
OPERACIONAL**

**CIICC - INTEGRATED INTELLIGENCE CENTER COMMAND AND
CONTROL IN EACH INTEGRATED PUBLIC SECURITY REGION – RISP, AS A
TOOL FOR INTEGRATION, PLANNING AND OPERATIONAL MANAGEMENT**

Vinicius de Melo Roldão *

Geyson Alves Borba **

Resumo: A segurança pública é um tema de extrema relevância para a qualidade de vida da população e a estabilidade social. Este estudo objetiva fomentar a criação dos Centros Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC) em cada Região Integrada de Segurança Pública (RISP) do Estado de Goiás. A iniciativa visa promover uma atuação mais integrada das instituições que compõem a Secretaria de Segurança Pública (SSP), transformando o CIICC em uma estrutura que contribua para a redução do tempo de resposta em cada região. O artigo utilizou revisão bibliográfica e aplicação de questionário estruturado no Google Forms, com os comandantes regionais e dos grandes comandos da Polícia Militar de Goiás, ao todo foram 21 respondentes. Os resultados mostram que 61,9% dos comandantes estão familiarizados com o CIICC e reconhecem seu potencial, ainda, a integração das forças da segurança é um passo importante para enfrentar as práticas criminosas e melhorar a eficiência das operações de segurança pública. Conclui-se que com a implantação dos CIICC pode potencializar a resposta a situações de emergência e aumentar a eficiência das ações das instituições envolvidas, promovendo uma segurança pública mais eficaz e integrada no Estado de Goiás.

Palavras-chave: Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC); Integração; Segurança Pública; Região Integrada de Segurança Pública (RISP).

Abstract: Public security is an extremely relevant topic for the population's quality of life and social stability. This study aims to encourage the creation of Integrated Command and Control Intelligence Centers (CIICC) in each Integrated Public Security Region (RISP) in the State of Goiás. The initiative aims to promote a more integrated performance of the institutions that make up the Public Security Secretariat (SSP), transforming the CIICC into a structure that contributes to reducing response time in each region. The article used a bibliographical review and application of a structured questionnaire on Google Forms, with regional commanders and major commands of the Military Police of Goiás, in total there were 21 respondents. The results show that 61.9% of commanders are familiar with the CIICC and recognize its potential, furthermore, the integration of security forces is an important step towards confronting criminal practices and improving the efficiency of public security operations. It is

* Cap. Roldão da Polícia Militar do Estado de Goiás. Especializando em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: ofviniciusroldao@gmail.com.

** Bacharel em Direito, Mestrando em Gestão do Conhecimento – UFSC, Pós Graduado Lato sensu em Gestão Prisional - UFG, Inteligência Competitiva - IPOG, Gestão em Segurança Pública - UEG, Polícia Comunitária – UNISUL, Desenvolvimento Gerencial na Administração Pública – FAAP e Pessoas, Gestão e Inovação – Escola de Governo Goiás – Comandante do 11º Comando Regional da PMGO. Orientador do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: geysonborba@hotmail.com.

concluded that the implementation of the CIICC can enhance the response to emergency situations and increase the efficiency of the actions of the institutions involved, promoting more effective and integrated public security in the State of Goiás.

Keywords: Integrated Intelligence Command and Control Center (CIICC); Integration; Public security; Integrated Public Security Region (RISP).

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública sempre foi uma área de grande importância para a qualidade de vida da população. Com o passar do tempo, as práticas criminosas acabam migrando para diferentes modalidades. Nesse sentido, as forças de segurança precisam estar atualizadas para enfrentar esse desafio, pois isso é um anseio da sociedade e das forças de segurança por respostas mais efetivas para frear o crescimento da violência nas cidades (Peixoto, 2011).

Uma das grandes estratégias para que os órgãos de segurança pública possam consolidar suas ações de prevenção e repressão criminal é atuarem de forma integrada. Portanto, o tema deste trabalho busca apresentar uma ferramenta que pode ser utilizada por todas as forças de segurança de forma igualitária e irrestrita que é o CIICC – Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle, orientando o planejamento, a coordenação e a execução das ações de segurança pública, resultando em uma distribuição mais eficiente de recursos e na disponibilização de informações essenciais para a atuação das instituições envolvidas (Bock, 2021).

O Estado de Goiás possui uma estrutura de segurança pública composta pela Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica e a Polícia Penal, que realizam ações simultâneas o tempo todo. Se agirem de forma integrada permitirão que os esforços de cada instituição produzam um resultado mais satisfatório diante das demandas em cada município do Estado (Goiás, 2024).

Portanto, para uma organização sistemática dentro do território estadual, a Secretaria de Segurança Pública criou as Regiões Integradas de Segurança Pública e as Áreas Integradas de Segurança Pública para delimitar a atuação de cada instituição. Isso envolve os gestores locais para que possam trabalhar em conjunto, estabelecendo as diretrizes de ações locais com base nas diretrizes do comando de cada órgão e buscando atingir metas comuns na redução criminal determinadas como prioridades pela Secretaria de Segurança Pública.

Atualmente, o Estado de Goiás possui 20 RISP - Regiões Integradas de Segurança Pública e 48 - AISP Áreas Integradas de Segurança Pública. Assim, as instituições Polícia Militar e Polícia Civil possuem as mesmas áreas de atribuição para exercerem suas ações de

prevenção e repressão criminal. Essa divisão territorial comum para as duas instituições facilita bastante a integração e fomenta o trabalho em conjunto, haja vista que os comandantes de cada Unidade da Polícia Militar e os chefes de cada delegacia da Polícia Civil possuem responsabilidades em comum sobre as RISP e as AISP (Goiás, 2024).

A estrutura da Região Integrada de Segurança Pública em Goiás é complexa devido às particularidades de cada região do estado. A Secretaria de Segurança Pública do Estado, possui atribuições conforme estabelecido pela Lei nº 17.257/2011, sendo a é responsável pela formulação da política estadual de segurança, trânsito, meio ambiente, segurança do trânsito urbano, e pela formulação da política estadual penitenciária em conjunto com a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (Goiás, 2011).

No entanto, a complexidade da atuação de cada instituição precisa ser superada com algumas ferramentas que facilitem a atuação integrada para mitigar os entraves que variam conforme cada região, podendo incluir desde questões de sistemas de comunicação até a estrutura de cada localidade.

Assim, um grande desafio é a integração das forças de segurança para que possam trabalhar nesse processo de coordenação das diferentes instituições, com direcionamento em comum na busca de resultados de diminuição dos índices criminais e melhor desempenho da estrutura disponível e padronização de procedimentos nas atuações em cenários de crimes ou defesa civil.

A problemática deste estudo enfatiza a busca pela excelência na prestação dos serviços de segurança pública, envolvendo vários fatores que devem convergir para que seja possível aferir um resultado aceitável diante dos esforços empregados. Um dos caminhos para alcançar esses tão almejados resultados de diminuição dos índices de criminalidade é a integração das forças de segurança.

Para superar esses desafios são necessários uma liderança eficaz, comprometimento político, investimentos em tecnologia e treinamento, além de uma abordagem colaborativa e proativa por parte de todas as partes envolvidas. Portanto, o intuito é responder a seguinte pergunta: Como os CIICs deveriam funcionar de modo a impactar na integração das forças de segurança?

A pesquisa tem como hipótese que a utilização de Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle (CIICC) como ferramenta de integração das forças de segurança pública constitui uma estratégia eficaz para promover sinergia entre as instituições envolvidas no enfrentamento ao crime e nas situações de urgência e emergência. Esses centros, dotados de equipes de alto desempenho, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos avançados,

têm o potencial de fornecer uma imagem precisa e em tempo real do panorama regional, eventos associados e recursos envolvidos, facilitando a coordenação e a resposta eficiente em operações de segurança pública.

O objetivo principal foi analisar a eficácia da implantação do Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle (CIICC) na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, avaliando seu impacto na organização e integração das ações de prevenção e repressão ao crime, bem como nos atendimentos de urgência e emergência, com o objetivo de promover a segurança pública de forma integrada, contribuindo para a pacificação social em território goiano e para o fortalecimento dessas medidas como instrumento de planejamento e coordenação eficientes.

Os objetivos específicos foram: investigar o funcionamento das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) no Estado de Goiás, com foco na coordenação e atuação conjunta das forças de segurança; investigar o impacto da implantação do CIICC na integração das ações de prevenção e repressão ao crime; avaliar as evoluções do Sistema de Comando e Controle (C²), conforme a literatura internacional e o Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro, para entender sua adequação às necessidades das instituições de segurança pública em Goiás; e propor recomendações para aprimorar o Sistema de Comando e Controle nas Regiões Integradas de Segurança Pública em Goiás, visando melhorar o planejamento, execução e avaliação das operações de segurança.

A metodologia adotada para este artigo consiste em uma abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicas, como Scielo e o Portal de Periódicos da CAPES. Foi aplicado um questionário estruturado através do Google *Forms* para obter um entendimento mais profundo sobre a segurança pública e a integração das forças de segurança, entre comandos regionais e grandes comandos que atendem todo o estado.

O trabalho foi organizado nas seguintes seções: introdução, revisão de literatura, metodologia, revisão e discussões, e conclusão. A revisão de literatura foi dividida em subseções: força de segurança pública, que descreve as instituições envolvidas; integração na segurança pública, que analisa as ferramentas gerenciais; RISP e AISP, que detalham as regiões integradas; e os CIICC.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

As forças de segurança pública no Brasil desempenham um papel fundamental na proteção da população, na manutenção da ordem e na promoção da segurança em todo o território nacional. Compreendendo uma variedade de instituições e órgãos, essas forças atuam em diferentes níveis e têm atribuições específicas para garantir a integridade dos cidadãos e o funcionamento harmônico da sociedade.

A Constituição Federal (1988), conforme Art. 144, define quais são os órgãos de segurança pública e as suas atribuições. Os órgãos incluem a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Militares, Corpo de Bombeiros Militares e Polícias Penais (Brasil, 1988).

A Polícia Federal (PF), uma das forças de segurança pública que atuam no Estado de Goiás, é responsável pelo combate ao tráfico internacional de drogas e entorpecentes, armas e munições, contrabando e crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. A Polícia Rodoviária Federal (PRF), tem o papel de garantir a segurança nas rodovias federais do país, garantindo a proteção dos usuários e ao combatendo à criminalidade (Brasil, 1988).

Outra instituição é a Polícia Civil (PC), que atua na investigação criminal, conduzindo diligências, executando as atividades de polícia judiciária para a apuração das infrações penais exceto as militares (Brasil, 1988). Temos também a Polícia Militar (PM), cuja missão é o policiamento ostensivo preventivo para proteger as pessoas, fazer cumprir a lei, defender o meio ambiente e garantir direitos, promovendo a paz social, sendo que em Goiás, a PMGO está presente em 246 municípios (Brasil, 1988).

Em alguns municípios do estado de Goiás, há as Guardas Municipais que representam um elo fundamental na teia da segurança pública, desempenhando um papel imprescindível no contexto urbano. Seu escopo de atuação abarca desde a proteção do patrimônio público municipal até o policiamento preventivo nas áreas urbanas (Brasil, 2014).

Uma das instituições que está em plena expansão no estado de Goiás através do projeto de capilaridade é o Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO) que são responsáveis pela prevenção e o combate a incêndios e a situações de pânico, assim como ações de busca e salvamento de pessoas e bens, o desenvolvimento de atividades educativas relacionadas com a defesa civil e a prevenção de incêndio e pânico, a análise de projetos e

inspeção de instalações preventivas de proteção contra incêndio e pânico nas edificações (Goiás, 2023).

O Estado de Goiás tem a Polícia Penal cuja missão é promover com qualidade a custódia e a ressocialização das pessoas com penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e dos egressos do sistema prisional. Outra instituição integrante da SSP/GO é a Polícia Científica que possui atribuições importantes realizadas através dos órgãos técnicos específicos, perícias em geral, avaliações e arbitramentos, requisitados por autoridade policial ou judiciária ou por membro do Ministério Público, bem como a realizar serviços de identificação civil e criminal e de pesquisa relacionadas com suas atividades (Goiás, 2022).

Ainda, podemos citar nesse cenário de segurança pública, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), uma instituição do sistema de saúde pública do Brasil responsável por prestar atendimento pré-hospitalar de emergência em casos de urgência e emergência médica. O Samu opera com equipes compostas por profissionais de saúde qualificados, como médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e condutores de ambulância, prontos para responder rapidamente a chamados de socorro em todo o território nacional (Goiás, 2022).

Cada uma das instituições mencionadas possui particularidades importantes que, quando atuam de forma integrada, tendem a potencializar a qualidade da prestação do serviço público. A integração das forças de segurança pública é um elemento crucial para garantir a eficácia e a eficiência no combate à criminalidade e na promoção da segurança da população. Quando diferentes instituições policiais, como a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal, Polícia Científica, Guarda Municipal e outros órgãos relacionados, trabalham de forma coordenada e colaborativa, os resultados são mais expressivos e abrangentes.

2.2 INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DENTRO DA SSPGO

2.2.1 Análise dos processos em busca da maior integração das forças de segurança por meio da aplicação de ferramentas gerenciais como a Análise SWOT e Diagrama de Ishikawa

Planejar ações integradas para segurança pública requer uma abordagem de diferentes fatores, recursos e estratégias. Isso começa analisando a situação atual e definindo os objetivos claros para a atuação de cada força dentro da área de atribuição, respeitando os

limites de cada uma, buscando desenvolver estratégias integradas que combinem aplicação da lei, prevenção, repressão e tecnologia (Cruz et al., 2017).

Na constante busca pela excelência, a administração pública reconhece no aprendizado perene e na inovação, instrumentos preciosos para aprimorar os processos e serviços oferecidos à sociedade. Ao adotar uma postura voltada para a contínua melhoria e demonstrar receptividade à inovação, as instituições governamentais podem identificar abordagens mais eficazes e eficientes para atender às demandas da comunidade, promovendo um serviço público de alta qualidade e gerando impactos positivos na vida dos cidadãos (Ferreira et al., 2019).

As ferramentas gerenciais têm como objetivo melhorar e aprimorar a gestão pública, garantindo que os serviços prestados à sociedade sejam realizados com eficiência. Assim sendo, a análise SWOT, tem como objetivo identificar os pontos fortes (Strengths), os fracos (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e as ameaças (Threats) de uma organização (Ferreira et al., 2019).

Com uma visão abrangente do ambiente interno e externo, a análise SWOT auxilia na formulação de estratégias que capitalizem os pontos fortes, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades e mitiguem as ameaças. Essa análise é fundamental para embasar decisões e planos de ação, tanto no setor público quanto no privado, promovendo uma abordagem mais informada e direcionada para alcançar os objetivos desejados (Speth, 2023).

Ainda, a análise SWOT tem como objetivo cruzar ameaças e oportunidades (ambiente externo), pontos fortes e fracos (ambiente interno), servindo como um parâmetro da realidade situacional da organização (Menezes, et al., 2017). Outro método importante para a gestão integrada alcançar os objetivos é a utilização de sistema informatizado que permite através de ferramentas de gestão tipo Diagrama de Ishikawa, também chamado de Diagrama de Causa e Efeito ou Diagrama de Espinha de Peixe, que é uma ferramenta poderosa para identificar e visualizar as possíveis causas de um problema específico (Santos et al., 2020).

As ações integradas das RISPs atualmente são desenvolvidas através de ordens de missões, ordens de operações, ordens de força tarefa e planos de ações desenvolvidos no sistema de Monitoramento de Operações Integradas – MOPI, disponível na plataforma de sistemas integrados, que para se elaborar uma operação a ser inserida no MOPI utiliza-se a estrutura do diagrama para a identificar as causas do problema a ser resolvido durante o período da operação.

Portanto, o Diagrama de Ishikawa é geralmente composto por uma linha horizontal representando o problema principal ou efeito a ser analisado, e várias linhas inclinadas que se ramificam dela, representando as diferentes categorias de causas potenciais. Essas categorias podem variar dependendo do contexto do problema, mas geralmente incluem fatores como pessoas, processos, materiais, máquinas, ambiente e métodos (Santos et al., 2020).

2.2.2 RISP – Região Integrada de Segurança Pública e AISP – Área Integrada de Segurança Pública.

O estado de Goiás possui em sua estrutura de segurança pública a divisão territorial por RISP – Região Integrada de Segurança Pública e dentro delas existem as AISP – Área Integrada de Segurança Pública. Conforme cita a Portaria nº 0249:

Art. 1º Estabelecer as circunscrições das Regiões Integradas de Segurança Pública e suas respectivas Áreas Integradas, bem como fixar a circunscrição de cada unidade operacional das instituições de segurança pública, abrangendo especificamente as Polícias Militar e Civil de Goiás, para fins de estabelecimento de metas, divulgação de dados estatísticos de criminalidade, percepção de incentivos e realização de ações e operações de combate e redução da violência e da criminalidade no Estado de Goiás (Goiás, 2024).

As Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) em Goiás são estruturas organizacionais que visam promover uma atuação mais integrada e eficiente das forças de segurança pública no estado. As RISP englobam diversas AISPs, que são subdivisões territoriais dentro do estado. Cada AISP é composta por uma ou mais delegacias de polícia, batalhões da Polícia Militar e outras unidades policiais, que atuam de forma coordenada para garantir a segurança em sua área de abrangência (Goiás, 2024).

O objetivo dessa divisão territorial é promover a integração entre as diferentes instituições de segurança, facilitando a troca de informações, o planejamento de operações conjuntas e a implementação de políticas de prevenção e combate à criminalidade de forma mais eficaz. Por meio dessas estruturas, busca-se uma atuação mais estratégica e coordenada das forças de segurança, com o objetivo de melhorar os índices de segurança pública e promover uma maior sensação de tranquilidade e bem-estar para a população goiana (Goiás, 2024).

Em 2018 foi publicado a Portaria nº 613/2018 – SSP, onde o Secretário de Segurança Pública de Goiás com os seguintes considerandos, regulamentou o regimento interno da Superintendência Executiva de Ações e Operações Integradas – SEAOI:

CONSIDERANDO a nova modalidade de segurança pública do Estado de Goiás que se objetiva na integração dos órgãos pertencentes a esta Pasta;
CONSIDERANDO que a Superintendência Executiva de Ações e Operações Integradas/SEAOI, juntamente com demais Superintendências subordinadas a esta, se destinam a realizar coordenação e execução de atividades relacionadas à integração de órgãos ou instituições federais, estaduais ou municipais;
CONSIDERANDO o papel preponderante e específico exercido pela SEAOI na coordenação da integração dos diversos órgãos e instituições (Goiás, 2018).

A SEAOI (Superintendência Executiva de Ações e Operações Integradas) é a unidade administrativa fundamental da Secretaria de Estado da Segurança Pública, encarregada de impulsionar e desenvolver atividades operacionais e de inteligência de forma integrada. Assim, a SEAOI tem a responsabilidade de monitorar essas atividades e as ações sociais realizadas em colaboração com as forças de segurança pública. Seu objetivo é promover ações conjuntas tanto no Estado de Goiás quanto entre outras entidades federativas, conforme as regulamentações estabelecidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Goiás, 2018).

A SEAOI geralmente atua como um ponto central de coordenação entre diversas entidades, como polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, guardas municipais, órgãos de trânsito, entre outros, além de poder envolver também outros setores da administração pública, como saúde, assistência social, educação, entre outros, dependendo das necessidades e demandas específicas de cada região (Goiás, 2018).

Essa integração de esforços e recursos é fundamental para lidar com uma variedade de questões relacionadas à segurança, como prevenção e combate à criminalidade, gestão de crises, resposta a desastres naturais, eventos de grande porte, entre outros. A SEAOI também pode desempenhar um papel importante na análise e compartilhamento de informações, na elaboração de estratégias de segurança e na promoção de ações de prevenção em comunidades vulneráveis (Goiás, 2018).

Por fim, a missão primordial da integração das forças de segurança pública é promover uma abordagem coordenada e colaborativa para prevenir e combater o crime, garantir a segurança da população e promover a ordem pública. Isso envolve a união de esforços entre as diferentes instituições de segurança para maximizar a eficácia das operações e o uso eficiente dos recursos disponíveis.

2.3 CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE E SUAS EVOLUÇÕES

Mais do que meras edificações, os Centros Integrados de Comando e Controle representam o fundamento da Doutrina Militar de Comando e Controle, conforme estabelecido pelo Ministério da Defesa através da Portaria Normativa nº 1888/EMD/MD, de 29 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006).

Este é um conceito inovador que deverá ser monitorado e aplicado nas ocasiões apropriadas, conforme as capacidades das Forças Armadas (Brasil, 2006, p. 47). Ele se caracteriza pelo estabelecimento de um ambiente de compartilhamento da consciência situacional, contribuindo para a obtenção da superioridade da informação e da iniciativa, mesmo quando os elementos da força estiverem dispersos geograficamente.

O Comando e Controle (C²) é uma teoria originalmente militar, nascida nos campos de batalha, que possuiu desde seus tempos de concepção a função de facilitar e melhorar a tomada de decisão durante a guerra por meio da análise de fatos passados. Porém, por sua capacidade de coordenação de situações de alta complexidade, o C² pôde ser aplicado a situações não necessariamente militares, mas do cotidiano da sociedade (Alberts; Czerwinski, 1997).

Além disso, o Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC) desempenha um papel essencial na gestão da segurança pública e na defesa social do Estado de Goiás. Para compreender plenamente a atuação e a importância do CIICC, é necessário fundamentar-se em teorias que abordem os conceitos de comando e controle, integração das forças de segurança, análise criminal, e gestão de crises e emergências.

Portanto, o conceito de Comando e Controle, conforme descrito na Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-M03 (3ª Edição/2015), enfatiza a capacidade dos comandantes em todos os níveis de tomar decisões precisas para maximizar a sinergia das forças sob sua responsabilidade. Esse processo envolve a coleta de dados, a consideração de fatores intervenientes e a manutenção da consciência situacional até a tomada de decisão propriamente dita (Portaria Normativa, 2015).

Ademais, a evolução do conceito de Comando e Controle, de C² para C³I e posteriormente C4 I e C4 ISTAR, demonstra a incorporação de tecnologias e novas demandas, refletindo a complexidade das operações contemporâneas e a necessidade de integração de inteligência, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento (Mattos, 2021).

Nisto, a integração das forças de segurança pública, como proposta pelo CIICC, visa criar uma sinergia entre as instituições envolvidas no enfrentamento ao crime e nas situações

de urgência e emergência. Os Centros de Comando e Controle (CC²), conforme definidos na Doutrina Militar de Comando e Controle (Brasil, 2006), são considerados elementos-chave na dimensão organizacional para gestão integrada de operações e resposta a incidentes de segurança pública (Brasil, 2013a).

Ainda, na área das políticas de segurança pública, a coordenação entre os órgãos e a abordagem territorial têm se mostrado fundamentais para o sucesso das iniciativas. As iniciativas como as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) refletem um compromisso em aprimorar a eficácia das operações, fortalecendo a cooperação e a sinergia entre as entidades dedicadas à segurança e defesa social (Brasil, 2013a).

Uma das propostas que já alcançou resultados nessa modalidade de integração foram os Centros de Comando e Controle (CC²), considerados na Doutrina Militar de Comando e Controle (Brasil, 2006) como um dos principais aspectos da dimensão organizacional. Eles são definidos no Artigo 2º da Portaria 112, de 08 de maio de 2013, como:

[...] um órgão de gestão integrada de operações e resposta a incidentes de segurança pública, dotado de equipes de alto desempenho, modelo lógico, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de última geração capazes de prover uma imagem fiel e em tempo real do panorama global, eventos associados e recursos envolvidos (Brasil, 2013a).

Esses centros são organizados em uma estrutura que conta com um órgão central, o CC² do Comando Supremo, e outros subordinados, os CC² de cada uma das Forças Armadas, de Comandos Operacionais, de Forças de Paz e de entidades civis envolvidas. Essa estrutura apresenta certa semelhança com a dos Centros Integrados de Comando e Controle, que serão descritos posteriormente e implementados para conduzir a segurança dos chamados Grandes Eventos. Exemplos desses eventos incluem a Jornada Mundial da Juventude 2013, a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 (Brasil, 2013a).

A estrutura dos CC², incluindo o órgão central e os subordinados, reflete a necessidade de coordenação e comunicação eficazes entre as diferentes instituições e entidades civis envolvidas (BRASIL, 2013a). Essa estrutura é essencial para a obtenção e manutenção da superioridade de informações em relação a eventuais oponentes, contribuindo para a tomada de decisão em prazos abreviados e para a coordenação das ações em um ambiente conjunto e interagências (Sá, 2020).

Deste modo, a análise criminal desempenha um papel fundamental no CIICC, permitindo a extração de informações estratégicas e o direcionamento das ações de segurança pública. O Sistema de Análise Criminal e Informação (SACRI) exemplifica essa abordagem, fornecendo dados sobre padrões criminais, tendências e possibilidades de inovações para subsidiar o planejamento estratégico, tático e operacional (Peixoto et al, 2011).

Portanto, a coordenação entre as diferentes instituições e órgãos envolvidos é essencial para garantir a integração das ações e o alcance dos objetivos propostos pelo CIICC (Bock; Lima Júnior, 2021).

Outro aspecto relevante do CIICC é sua capacidade de resposta rápida e eficaz em emergências e crises. O gerenciamento adequado de crises requer uma estrutura organizacional sólida, equipes de alto desempenho, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos avançados.

Além da integração das forças de segurança, o CIICC também deve promover o envolvimento da sociedade civil na gestão e execução das ações de segurança pública. A transparência nas operações do CIICC é fundamental para garantir a confiança da população e o controle democrático sobre as atividades desenvolvidas. Mecanismos de participação e controle social devem ser incorporados à estrutura do CIICC para fortalecer a democracia e a efetividade das políticas de segurança.

Por fim, é essencial que o CIICC adote mecanismos de avaliação de resultados e aprimoramento contínuo de suas atividades. A análise dos impactos das ações implementadas, a identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, e o ajuste constante das estratégias são práticas fundamentais para o sucesso do CIICC. A aprendizagem organizacional e a busca pela excelência devem permear todas as atividades desenvolvidas pelo CIICC em prol da segurança e defesa social no Estado de Goiás.

2.3.1 Consolidação da doutrina do CIICC

O tema Centro de Comando e Controle surgiu com bastante ênfase durante os eventos esportivos de dimensão mundial realizados no Brasil em 2014, a Copa do Mundo da Fifa, e em 2016, as Olimpíadas. O país ao receber eventos de tamanha magnitude internacional foi necessário buscar novas alternativas para gerenciamento das forças de segurança e colaboradores empregados na organização necessários para realizar todos os ajustes e gerenciar as demandas de planejamento de emergências inerentes a cada momento da competição (Soares; Batitucci, 2017).

A ferramenta utilizada para que se pudesse alcançar os objetivos foi o Comando e Controle que possui sua origem na atividade militar e é aplicada pelas forças armadas em níveis nacionais e internacionais. Essa ferramenta foi utilizada para que se buscasse o objetivo do momento e se realizasse um espetáculo de alto nível de organização e segurança (Soares; Batitucci, 2017).

Os CICC's foram instalados para que pudesse concentrar, em um único espaço, um grande aparato tecnológico que proporcionasse uma integração de gestão das instituições envolvidas e oferecer respostas efetivas diante das demandas emergentes quando havia uma grande circulação de pessoas e toda uma logística envolvida (DNAISP, 2019).

Observando essa aplicação eficaz dos CICC's durante e após os períodos esportivos que o Brasil sediou, observa-se que foi um sucesso de gestão e legado para que pudesse ser empregado como ferramentas nas demais cidades e regiões do país e com isso potencializar as ações das forças públicas na prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade (DNAISP, 2019).

Com o avanço da tecnologia da informação e comunicação, os CICC's evoluíram para incorporar sistemas mais sofisticados de monitoramento e análise de dados, incluindo inteligência artificial e análise de big data, que são ações que envolvem a extração, processamento e análise de conjuntos de dados extremamente grandes e complexos, com o objetivo de obter insights valiosos, identificar padrões, tendências e correlações significativas. Isso permite uma avaliação mais precisa da situação e uma tomada de decisão mais eficiente e baseada em dados (DNAISP, 2019).

Além disso, a evolução da doutrina de CICC inclui uma maior ênfase na interoperabilidade entre os diferentes órgãos envolvidos na segurança pública e na defesa nacional. Isso envolve a integração de sistemas de comunicação e a padronização de procedimentos para facilitar a troca de informações e a coordenação de operações entre as diversas instituições, e ainda avançando para uma excelente ferramenta de inteligência policial. O planejamento e a execução das operações integradas dependem fortemente de uma atividade de inteligência voltada para identificar, avaliar e monitorar ameaças reais e potenciais na área de segurança pública (DNAISP, 2019).

A Inteligência de Segurança Pública conta com um sistema específico, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), e uma doutrina própria, a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), que orientam o desenvolvimento dessas atividades. O êxito das operações integradas não se resume apenas à eficácia das atividades de

inteligência, mas também à colaboração técnica entre as diversas agências envolvidas (DNAISP, 2019).

3 METODOLOGIA

Diante da diversidade de práticas criminosas e das modalidades de crimes, tornou-se imprescindível que as forças de segurança estejam constantemente atualizadas e integradas, a fim de enfrentar esses desafios de forma eficaz. Portanto, a presente pesquisa utilizou como metodologia a revisão de literatura, analisando artigos científicos provenientes de repertórios acadêmicos como a Scielo, Portal de Periódicos – CAPES, entre outros. O objetivo foi buscar dados e resultados de pesquisas anteriores relacionadas ao tema deste projeto, bem como informações específicas sobre a segurança pública em Goiás.

Para a realização deste estudo, foi utilizada a aplicação de um questionário como uma ferramenta essencial para coletar dados tanto quantitativos quanto qualitativos. O questionário foi elaborado com perguntas estruturadas cuidadosamente formuladas no Google *Forms*, permitindo-nos obter informações específicas e relevantes sobre o tema em análise. Essa abordagem nos proporcionou uma compreensão mais aprofundada das percepções, opiniões e experiências dos participantes, enriquecendo assim a análise e interpretação dos resultados obtidos.

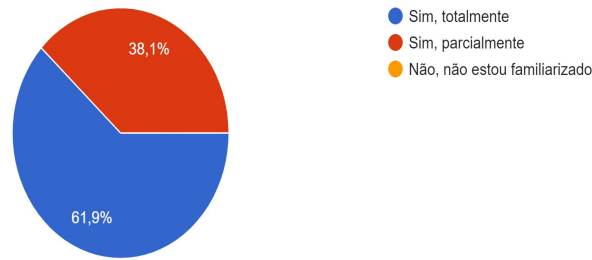
Dessa forma, considerando o universo de 23 (vinte e três) unidades policiais, sendo 20 comandantes regionais e os Comando de Policiamento Regional (CPR), Comando de Missões Especiais (CME) e Comando de Operações de Cerrado (COC), foram obtidas respostas de 21 (vinte e uma) unidades. Com essa amostra, alcançou-se uma margem de erro de 5,43% e um nível de confiabilidade de 90%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cada comando regional é responsável por uma RISP dentro do estado. O policiamento ostensivo e preventivo dos municípios integrantes está a cargo das unidades operacionais sob o comando e controle de um comando regional. Ao todo, participaram 21 comandantes, entre comandos regionais e grandes comandos que atendem todo o estado.

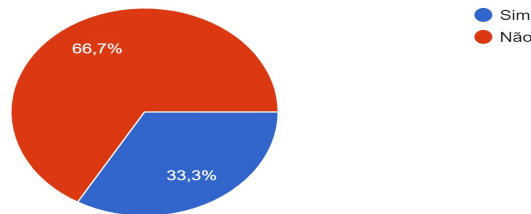
Conforme se pode inferir dos dados apresentados nos gráficos 1 e 2, mostra-se de forma resumida se os comandantes estão familiarizados com os conceitos de Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC) e se possuem algum CIICC em sua regional:

Gráfico 1: Nível de familiaridade com o conceito de CIICC



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Gráfico 2: Implementação do CIICC nas regionais

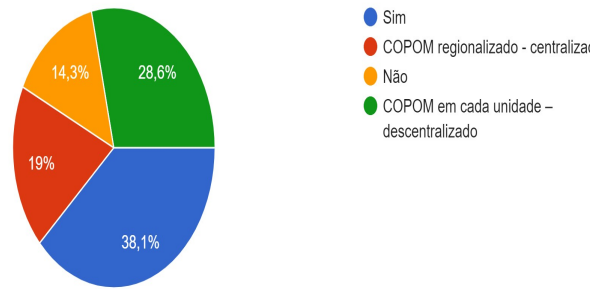


Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Dentre os 21 respondentes, 61,9% (13 respondentes) afirmaram estar totalmente familiarizados; 38,1% (8 respondentes) afirmaram que estão parcialmente familiarizados; e não houve nenhum respondente que indicou não estar familiarizado. Quanto à implementação do CIICC na regional, 66,7% (14) disseram que não possui e 33,3% (7) disseram que possuem o centro na sua regional.

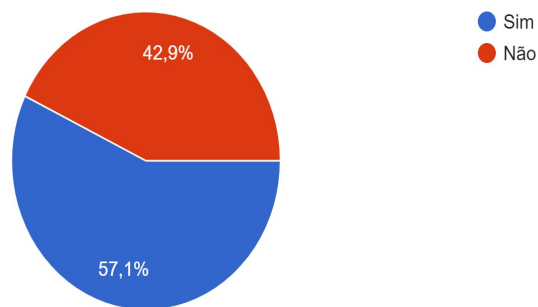
Outro ponto abordado, foi sobre a existência de alguma estrutura no comando regional que funcione como CIICC de forma simplificada, responderam: Sim: 8 respostas (38,1%); COPOM regionalizado - centralizado: 4 respostas (19%); Não: 3 respostas (14,3%); e COPOM em cada unidade – descentralizado: 6 respostas (28,6%). Ainda, 57,1% (12) responderam que seria possível utilizar uma estrutura existente para criar um CIICC, e 42,9% (9) falaram que não é possível. Conforme gráficos 3 e 4:

Gráfico 3: Estrutura Simplificada do CIICC no Comando Regional



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Gráfico 4: Viabilidade de uso da estrutura existente para criar um CIICC na RISP



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Foi questionado aos participantes: "Em sua avaliação individual, quais são as três maiores dificuldades enfrentadas durante a instalação ou para a transformação da estrutura existente em um CIICC?". As principais dificuldades foram demonstradas no seguinte quadro:

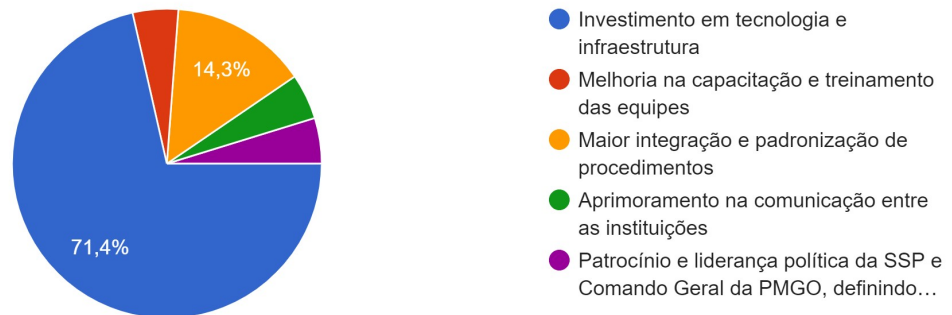
Quadro 1: Maiores dificuldades

Categoria	Exemplos das Respostas
Recursos Humanos e Capacitação	Falta de efetivo capacitado, necessidade de cursos específicos, dificuldade na qualificação.
Recursos Financeiros	Falta de recursos orçamentários, necessidade de parcerias público-privadas, custo de implementação e manutenção.
Estrutura Física e Tecnológica	Necessidade de instalações físicas adequadas, infraestrutura de videomonitoramento, equipamentos tecnológicos, conexão de internet e rádio.
Integração e Colaboração	Dificuldade na integração entre forças de segurança, resistência das autoridades e comandantes, implementação da cultura organizacional.

Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Sobre as melhorias necessárias para o C², de forma que atenda as demandas das instituições de segurança, dentre os 21 respondentes, 71,4% (15) citaram o investimento em tecnologia e infraestrutura, 4,8% (1) disse que seria a melhoria na capacitação de treinamento das equipes, 14,3% (3) mencionaram a maior integração e padronização de procedimentos, 4,8% (1) o aprimoramento na comunicação entre as instituições, e 4,8% (1) no patrocínio e liderança da SSP e Comando Geral da PMGO. Conforme gráfico 5:

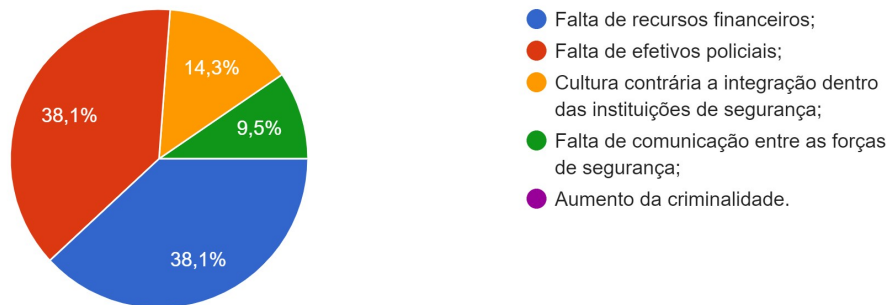
Gráfico 5: Melhorias necessárias no sistema de Comando e Controle (C²) em Goiás



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Sobre os principais desafios enfrentados, 38,1% (8) mencionaram a falta de recursos financeiros e efetivos policiais, 14,3% (3) citaram a cultura contrária a integração, e 9,5% (2) apontaram a falta de comunicação entre as forças de segurança. Conforme gráfico 6:

Gráfico 6: Principais desafios para a integração

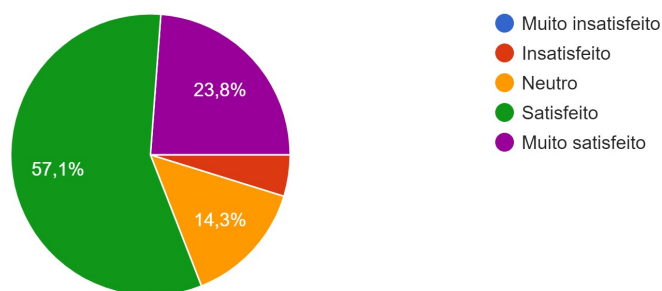


Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Sobre a percepção geral da integração: 4,8% (1) disseram estar insatisfeito com a integração das forças de segurança pública em Goiás; 14,3% (3) mantiveram-se neutros, 57,1% (12) estão satisfeitos, e 23,8% (5) estão muito satisfeitos. Ainda, sobre a eficácia da

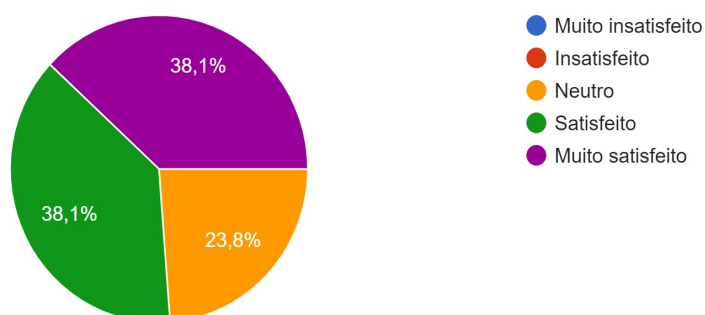
implantação do CICC: 23,8% (5) mantiveram-se neutros, 38,1% (8) estão satisfeitos e 38,1% (8) muito satisfeitos. Conforme gráficos 7 e 8:

Gráfico 7: Percepção geral sobre a integração das forças de segurança pública em Goiás



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

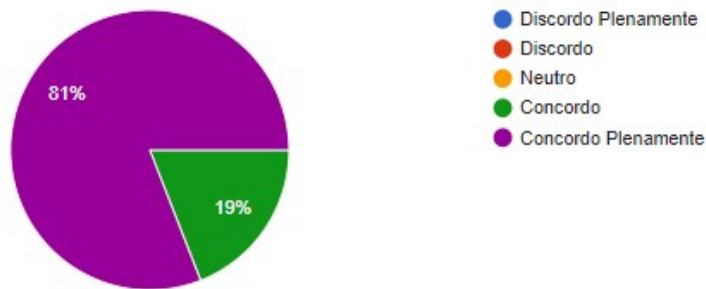
Gráfico 8: Eficácia da implantação do CIICC na coordenação e atuação conjunta das forças de segurança em sua região



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

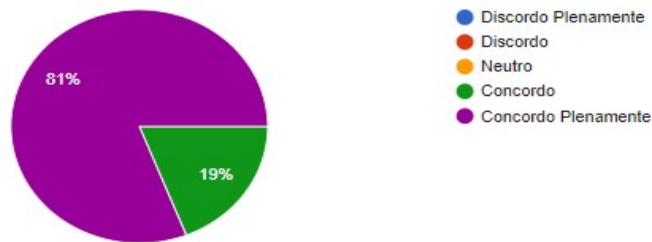
Sobre a potencialidade do CIICC para melhorar as ações, 19% (4) concordam e 81% (17) concordam totalmente, indicando uma grande concordância sobre o potencial do CIICC. Mantiveram as respostas quanto aos investimentos para melhorar as ações: 19% (4) concordam e 81% (17) concordam totalmente que precisam de investimentos para sustentar o CIICC. Conforme gráficos 9 e 10:

Gráfico 9: Potencial do CIICC para melhorar a qualidade dos serviços de segurança Pública



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

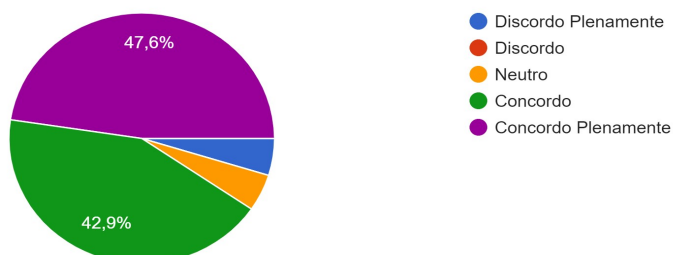
Gráfico 10: Avaliação sobre a necessidade de investimentos em tecnologia para aprimorar as operações



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

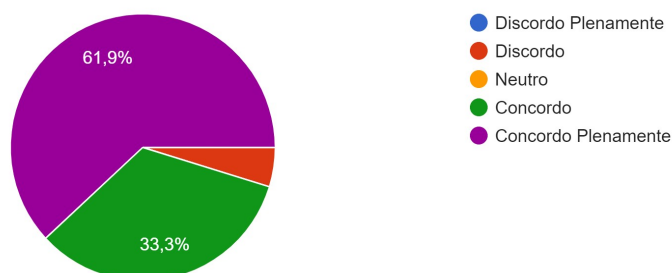
De modo geral, a falta de comunicação é um problema significativo. Dos respondentes, 90,5% dos respondentes (10 concordam plenamente e 9 concordam) indicaram a necessidade de uma melhor comunicação para não interferir na coordenação das operações. Ainda, 61,9% concordam plenamente que com a criação do CIICC pode melhorar a segurança pública no Estado, 33,3% concordam parcialmente e 4,8% discordam parcialmente desta questão. Conforme gráficos 11 e 12:

Gráfico 11: Impacto da falta de comunicação entre as instituições de segurança



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Gráfico 12: Criação do CIICC em cada RISP do Estado de Goiás pode melhorar a integração das instituições de segurança pública



Fonte: Pesquisa do autor (2024).

Para analisar a pergunta sobre os principais desafios enfrentados na integração das ações de prevenção e repressão ao crime nas Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), nota-se a falta de recursos financeiros, de efetivo, a dificuldade de comunicação, o compartilhamento de informações, a resistência cultural e as vaidades entre as forças de segurança, a necessidade de tecnologias modernas, e a motivação e profissionalização contínua dos policiais, o que corrobora com a percepção de Ferreira et al. (2019).

De modo geral, a revisão da literatura sobre as forças de segurança pública no Estado de Goiás destaca a complexidade e a diversidade das instituições envolvidas na manutenção da ordem (Cruz et al., 2017). Essas forças incluem a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Guardas Municipais, Corpo de Bombeiro, Polícia Científica e Polícia Penal. Cada instituição possui suas atribuições específicas e complementares que, quando integradas, aumentam a eficácia do sistema de segurança pública (Brasil, 1988).

Utilizando ferramentas gerenciais como a análise SWOT (Menezes, et al., 2017) para avaliar a integração das forças de segurança pública da SSPGO após a aplicação de um questionário com os atuais comandantes regionais da PMGO, foi possível identificar informações sobre processos e fatores que influenciam o resultado, bem como alguns pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, conforme demonstrado abaixo:

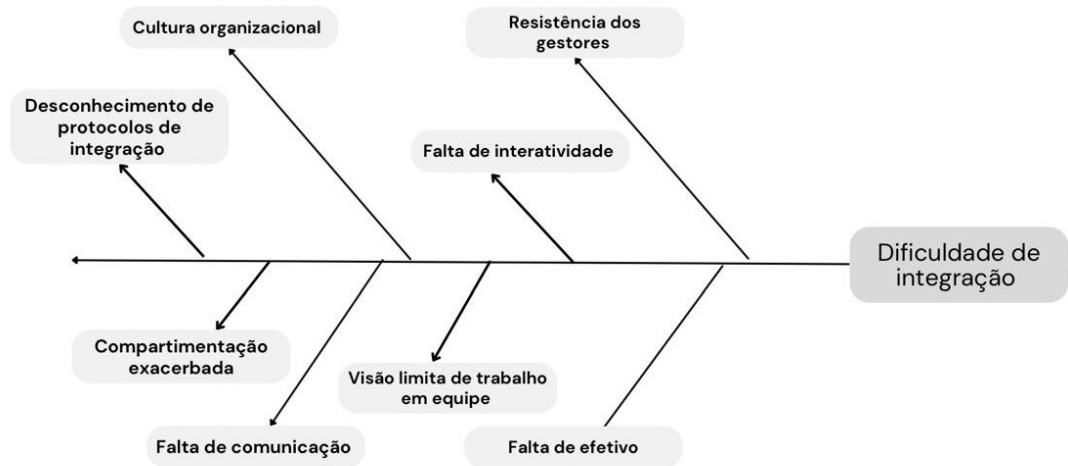
Quadro 2: Análise SWOT

Fatores Internos	Forças	Fraquezas
	<p>Área territorial de atribuição comum</p> <p>Metas de diminuição e aumento</p> <p>Utilização de recursos das forças de segurança especiais</p>	<p>Falta de efetivo</p> <p>Falta de recursos financeiros</p> <p>Cultura organizacional</p> <p>Falta de comunicação</p>
Fatores Externos	Oportunidades	Ameaças
	<p>Plataforma de sistemas integrados</p> <p>Compartilhamento de informações entre as forças</p> <p>Realização de operações integradas com periodicidade</p>	<p>Avanços tecnológicos</p> <p>Compartimentação de informações</p> <p>Descontinuidade das ações</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao utilizar o Diagrama de Ishikawa, as equipes podem explorar sistematicamente todas as possíveis causas do problema, ajudando a identificar as mais relevantes e prioritárias para intervenção (Santos et al., 2020). Além disso, a representação visual do diagrama torna mais fácil para as equipes compreenderem as inter-relações entre as diversas causas potenciais, facilitando o processo de análise e solução de problemas.

Figura 1: Diagrama de Ishikawa



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A análise dos dados do questionário mostrou que, embora 61,9% dos comandantes regionais estejam familiarizados com os conceitos do CICC e 66,7% não possuem um CIICC disponível na estrutura do comando regional. Ainda existem desafios, que incluem a falta de recursos humanos e capacitação, falta de recursos financeiros, estrutura física e tecnológica inadequada e necessidade de maior integração e colaboração entre as forças de segurança.

Além disso, a pesquisa revelou que 81% dos respondentes concordam totalmente que o CIICC pode potencializar as ações de segurança, e a mesma proporção acredita que são necessários investimentos adicionais para implantar um CIICC. Ademais, 90,5% indicaram que a falta de comunicação é um problema que interfere significativamente nas operações. Por outro lado, 61,9% acreditam que a criação do CIICC melhoraria as operações.

Assim, para que se possa avançar para um padrão de CIICC – Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle, sugere-se a seguinte estrutura de um CIICC Regional em cada RISP para que seja uma ferramenta de integração, planejamento e gestão operacional de forma eficaz.

4.1 ESTRUTURA FÍSICA

Podemos apresentar como sugestão de planta baixa conforme o modelo desenvolvido na implantação do CIICC na cidade de Catalão, que faz parte da estrutura da 9ª RISP, possui uma estrutura compacta e consegue abrigar as forças de segurança para atuarem conjuntamente com mecanismos de controle e gerenciamento integrados, buscando melhorias na qualidade de vida do cidadão, garantindo uma prestação eficiente do serviço público de urgência/emergência e segurança pública.

O layout de distribuição das baias de atendimento deve ser feito em degraus para que se possa proporcionar uma melhor visualização do Vídeo Wall por todos os operadores que atuam integrados.

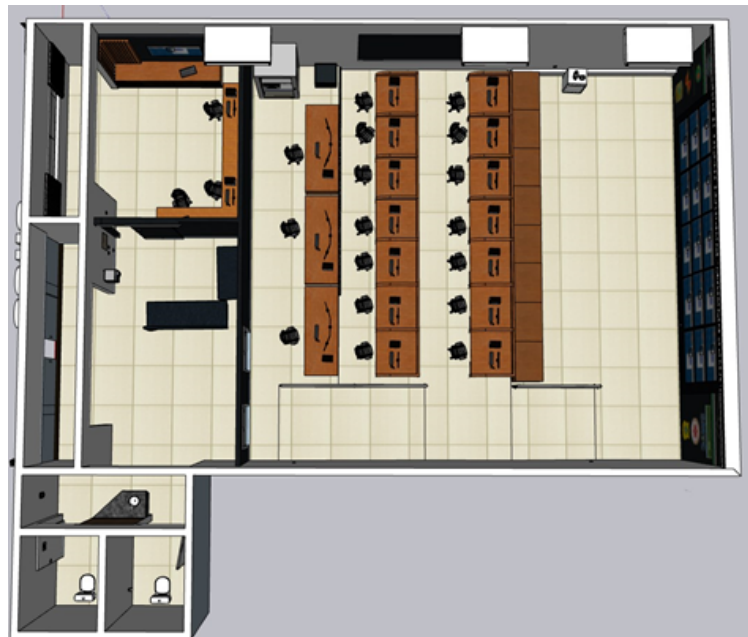
Figura 2: Estrutura física



Fonte: Goiás (2023).

Deve haver também uma sala do coordenador onde funcionará toda a área de inteligência integrada com utilização dos recursos tecnológicos que possibilitam uma visão estratégica de toda a RISP e das AISPs.

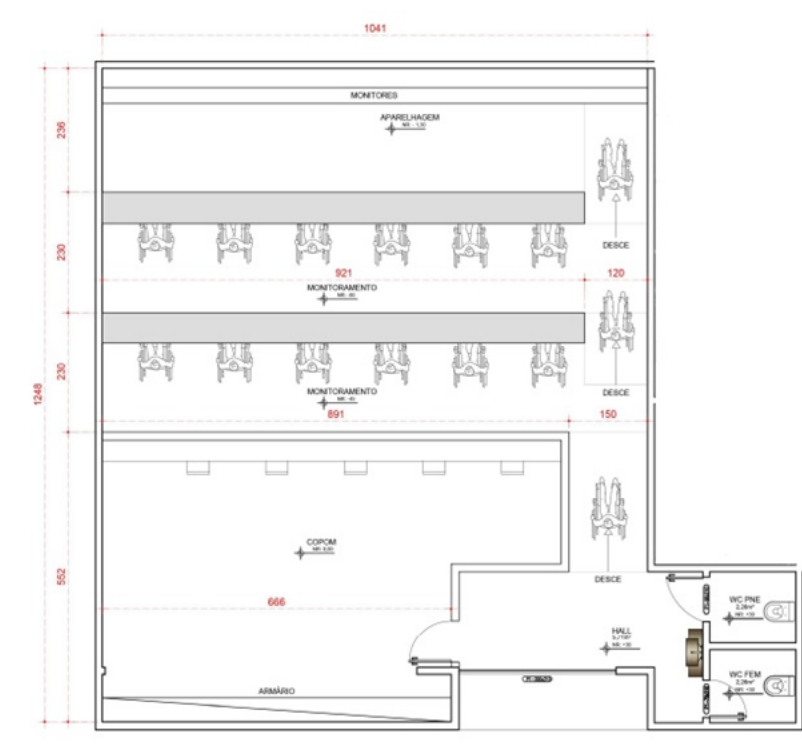
Figura 3: Estrutura física



Fonte: Goiás (2023).

Sugestão de planta baixa que atende às necessidades das forças de segurança e demais instituições que podem fazer parte dessa integração:

Figura 4: Planta Baixa



Fonte: Goiás (2023).

4.2 ESTRUTURA TECNOLÓGICA

O Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle deve possuir capacidade de recepcionar um completo sistemas de monitoramento das cidades integrantes da RISP, o que possibilita a ação operacional das forças de segurança pública da região. O CIICC deverá possuir um Video Wall, equipamento este que consiste em uma série de monitores conectados fisicamente em arranjo, de modo a formar uma grande tela de LED, cuja finalidade é monitoramento ao vivo de imagens, gravações e operações críticas que demandam grande atenção, com diversos recursos diretamente na tela. As imagens e informações são capturadas em suas fontes, formatos e resoluções e organizadas nos monitores para uma melhor visualização pelos operadores.

Portanto, a estrutura sugerida poderá ser composta de uma sala equipada com uma central com equipamentos modernos e um processamento e armazenamento de imagens com os seguintes equipamentos:

- ✓ Câmeras Fixas;
- ✓ Câmeras Speed Dome;
- ✓ Câmeras de LPR Leitura de placas;
- ✓ Câmeras de Reconhecimento Facial;
- ✓ Vídeo Wall.

Figura 5: Estrutura (sugestão)



Fonte: Goiás (2023).

4.3 ESTRUTURA DE PESSOAL

Implantação do Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC) em cada RISP será responsável pela acomodação de colaboradores das diversas instituições públicas e privadas, usufruindo de recursos tecnológicos visando à tomada de decisões de forma ágil, integrada e eficiente.

A estrutura terá capacidade para receber diversos órgãos envolvidos em situações específicas para gerenciamento de crises, grandes operações, atendimento de urgência/emergência, dentre outras.

Estará integrada ao Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC) as seguintes instituições: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Corpo de Bombeiros Militares, Polícia Penal, Órgão Municipal de Trânsito, Guarda Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu e com possibilidades de ampliação para outros órgãos que queiram integrar ao CIICC.

Para alcançar os objetivos proposto de integração o Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle (CIICC), deverá possuir uma sala com bancadas, computadores, monitores, telefones e toda estrutura para atender vários operadores de todas as forças de segurança pública, de forma integrada, potencializando as ações operacionais e minimizando o tempo resposta dos atendimentos.

Para que ocorra uma coordenação eficaz e acompanhamento estratégico das ações será necessário um servidor em nível de gestor para que possa realizar a coordenação. No caso específico da PMGO deverá haver um oficial coordenador que fará gestão de toda a estrutura e um oficial de operações que irá revezar em escalas de serviço de forma que possibilite a coordenação das ações ordinárias e operações em tempo real dentro da RISP.

O teleatendimento pode ser realizado pelos servidores contratados mediante o convênio que a SSPGO possui com a ADFEGO – Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás. Portanto, é necessária a projeção de uma estrutura física com adequações para receber esses colaboradores.

Portanto, os CIICC desempenham um papel essencial na gestão da segurança pública, oferecendo uma visão global e em tempo real das situações de emergência, facilitando a tomada de decisão e a coordenação das ações.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a eficácia da implantação do Centro Integrado de Inteligência, Comando e Controle (CIICC) pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Goiás em cada RISP, avaliando seu impacto na organização e integração das ações e prevenção e repressão do crime, bem como nos atendimentos de situação de emergências e urgências. Diante das análises da revisão de literatura, metodologia e a análise detalhada dos dados coletados, foi possível compreender as relações de causa e efeito, as interações entre variáveis e os mecanismos subjacentes ao fenômeno em estudo.

As forças de segurança pública em Goiás enfrentam desafios complexos e variados, que demandam uma abordagem integrada e coordenada para serem eficazes. A estruturação das RISP e AISP tem sido um passo significativo para promover a cooperação entre as instituições de segurança, como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e outras entidades. Juntas, essas instituições contribuem para melhorar a segurança pública do estado.

Os centros, equipados com tecnologias avançadas e equipes de alto desempenho, têm o potencial de facilitar a coordenação e a resposta eficiente em operações de segurança pública. A pesquisa revelou que a maioria dos comandantes regionais está familiarizada com os conceitos de CIICC e reconhece seu potencial. No entanto, enfrentam dificuldades como a falta de recursos financeiros e humanos, além da necessidade de capacitação.

Sugere-se a criação de uma diretriz para a implementação do CIICC em cada RISP, com a formação de grupos de trabalho com integrantes de cada força de segurança pública subordinada a SSPGO para que se possam unir forças buscando a concretização dessa ferramenta de integração, planejamento e gestão operacional que é o CIICC.

A estrutura deve possuir uma sala de operações com bancadas, computadores, monitores e outros equipamentos necessários para atendimento. Além disso, deve seguir as características da DNAISP, que promove a interação de ações, uso de tecnologia de ponta, capacitação contínua monitoramento e avaliação, participação comunitária e bem como o planejamento estratégico.

Portanto, essa abordagem visa contribuir para o avanço do conhecimento na área da segurança pública, sugerindo uma base para a formulação de políticas, práticas e teorias que possam potencializar a prestação do serviço público com a integração das forças de segurança. Para a continuidade dessa discussão, sugere-se a aplicação de métodos mais abrangentes para analisar a eficácia das estruturas do CIICC, além de considerar as influências dos fatores externos e os estudos comparativos com outras regiões ou estados que implementaram estruturas similares.

REFERÊNCIAS

ALBERTS, David Stephen et al. (Ed.). **Complexity, global politics, and national security**. Washington, DC: National Defense University, 1997.

BOCK, Carlos Augusto do Prado; LIMA JÚNIOR, Henrique de Souza. **A atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil a partir de 2019 e os impactos na ordem pública e na defesa nacional**. 2021.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Comando e Controle**. 1ª edição. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Secretaria de Justiça. **Portaria nº 112, de 08 de maio de 2013**. Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos - SICC. Institui o Sistema Integrado de

Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos - SICC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de maio de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014**. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm. Acesso em: 03/05/2024.

CRUZ, Diogenes Marco de Brito et al. **Aplicação do planejamento estratégico a partir da análise SWOT**: Um estudo numa empresa de tecnologia da informação. Anais do IX SIMPROD, 2017.

DNAISP. **Doutrina nacional de atuação integrada de segurança pública**: DNAISP/organização, Adonival Coelho de Souza Júnior, Antônio Edgard Santos Jesus, Clelcimar Santos Rabelo de Sousa, 2. ed. - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Operações Integradas, Diretoria de Operações, 2019. 59.[12] p.

FERREIRA, Evelise Pereira et al. **Gestão estratégica**: aplicação da análise SWOT na etapa de armazenagem e expedição. Gestão & Produção, v. 26, p. e3147, 2019.

FERREIRA, Gustavo. **Perspectivas e desafios para o trabalho integrado em centros de inteligência**. Revista Brasileira de Inteligência, n. 16, p. 79-100, 2021.

GOIÁS, Governo do Estado. **Atendimentos Regulados nas Centrais de Regulação das Urgências do SAMU 192**. Disponível em: <<https://goias.gov.br/saude/atendimentos-regulados-nas-centrais-de-regulacao-das-urgencias-do-samu-192/>>. Acesso em 09/05/2024.

GOIÁS, Governo do Estado. **Caiado anuncia criação de novos Postos Avançados do Corpo de Bombeiros em Aparecida de Goiânia**. Disponível em: <[GOIÁS, Governo do Estado. **LEI Nº 8.125, DE 18 JUNHO DE 1976**. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/86680/pdf>>. Acesso em 02/05/2024.](https://goias.gov.br/casacivil/caiado-anuncia-criacao-de-novos-postos-avancados-do-corpo-de-bombeiros-em-aparecida-de-goiania/#:~:text=O%20Projeto%20Capilaridade%20prev%C3%AA%20ao,GO%2D060%2C%20em%20Trindade.>>. Acesso em 05/05/2024.</p></div><div data-bbox=)

GOIÁS. Governo do Estado. Gabinete Civil da Governadoria. **Superintendência de Legislação**. Decreto nº 5.942, de 07 de maio de 2004. Institui o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/61138/pdf>>. Acesso em 20/03/2024.

GOIÁS, Governo do Estado. Gabinete Civil da Governadoria. **Lei nº 17.257**, de 25 de janeiro de 2011. Revogada pela Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, art. 88, "VI". Brasília, DF, 2011. Disponível em: < <https://shre.ink/8Jfa>>. Acesso em 20/03/2024.

GOIÁS, Governo do Estado. **Governo de Goiás inova na área de segurança pública**. Disponível em: <<https://www.seguranca.go.gov.br/ultimo-segundo/governo-de-goias-inova-na-area-de-seguranca-publica.html>>. Acesso em 19/03/2024.

GOIÁS, Governo do Estado. **Portaria 0613/2018 - SSP**. O Secretário da Segurança Pública do Estado de Goiás no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto de 14 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 22.748, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Processo/SEI nº 201800016004998. Disponível em: <<https://goias.gov.br/seguranca/wp-content/uploads/sites/56/2018/08/portaria-n-0613-18-regimento-seaoi-201800016004998.pdf>>. Acesso em: 10/05/2024.

GOIÁS, Governo do Estado. **PORTARIA N 0676-18** – Gestores de Contratos SEAOI – 201800016018624. Disponível em: <<https://www.seguranca.go.gov.br/legislacao-aplicavel/portarias/portaria-n-0676-18-gestores-de-contratos-seaoi-201800016018624.html>>. Acesso em 10/05/2024.

GOIÁS, Governo do Estado. **PORTARIA Nº 0249-24** – Estabelece as Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública no Estado de Goiás – RISP – AISP. Disponível em: <<https://goias.gov.br/seguranca/portaria-no-0249-24-estabelece-as-regioes-e-areas-integradas-de-seguranca-publica-no-estado-de-goias-risp-aisp-2/>>. Acesso em 10/05/2024.

MATTOS, Sérgio Alexandre Saldanha Leite Rezende de. **As Comunicações no Combate Moderno**: “Arma de Apoio ao Combate ou Arma decisiva para a resolução dos Conflitos?” Uma mudança de paradigma baseada em novas tecnologias integradas / Sérgio Alexandre Saldanha Leite Rezende de Mattos. 2021.

PEIXOTO, Betânia et al. **Reflexões sobre a atuação governamental na promoção da segurança pública**. Cadernos Metrópole, v. 13, n. 25, 2011.

PORTARIA NORMATIVA No 1.691/EMCFA/MD, DE 5 DE AGOSTO DE 2015. **Dispõe sobre a Doutrina para o Sistema Militar de Comando e Controle - MD31-M03** (3ª Edição/2015).

SÁ, Marcello Campos de. **Análise da aderência das capacidades militares terrestres entregues pela ação complementar modernização das aeronaves FENNEC AV EX aos objetivos estratégicos do Exército**. 2020.

SANTOS, Alexandre Paixão et al. **Utilização da ferramenta Diagrama de Pareto para auxiliar na identificação dos principais problemas nas empresas**. Recuperado de <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2020/12/Artigo>, 2020.

SOARES, Philipp Augusto Krammer. BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **O Centro Integrado de Comando e Controle**: ferramenta de coordenação, integração e planejamento na defesa social. 2017.

SPETH, Christophe. **A Análise SWOT**: Uma ferramenta chave para o desenvolvimento de estratégias empresariais. 50Minutos. es, 2023.

VALENTE, Rodrigo Soares. **Centro Integrado de Comando e Controle do Estado do Rio de Janeiro**: sua contribuição para segurança pública pós-extinção da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. 2022.